

Ata nº 002/2015-CONCAMPUS/CSFS/IFC – REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE CÂMPUS, REALIZADA EM 23 DE MARÇO DE 2015.

Aos vinte e três dias do mês de março de dois mil e quinze, na sala 09 (nove), do Câmpus São Francisco do Sul do Instituto Federal Catarinense, localizado na Rodovia Duque de Caxias, S/N, bairro Iperoba, Santa Catarina, realizou-se a reunião ordinária do Conselho de Câmpus -CONCAMPUS, convocada pelo Presidente do Conselho, professor Amir Tauille. A sessão teve início às quinze horas, com a presença dos seguintes membros: Diretor Geral, professor Amir Tauille; Diretor do Departamento de Ensino, professor Adamô Dal Berto; Diretora de Administração e Planejamento, Iza Luzia Goetten de Oliveira; representantes docentes, professor Harry Erwin Moissa e professor Sérgio Ruggiero; representantes técnico-administrativos, Mario Felipe Cipriano Borges da Costa e Clédison Ignácio; representante dos discentes, Edson Antônio Novais Júnior e Aramis José Conceição; Representante dos Egressos, Acácia Wessner de Jesus. Como também a presença do servidor Silvani da Silva. Registrou-se a ausência dos representantes da Sociedade Civil Organizada. O Presidente Amir agradeceu a presença de todos e verificado a presença da maioria dos membros do Conselho, o Presidente deu início aos trabalhos lendo a ata da última reunião e após passou-se ao cumprimento da pauta da reunião: Primeiro item, Reposição do Calendário Acadêmico. O conselheiro Adamô explicou que em função do atraso do refeitório e da cantina, foi necessária a suspensão temporária das aulas no período vespertino para os alunos do Ensino Médio, porque não haveria tempo hábil para os alunos irem até as suas casas, se alimentarem e retornarem para a aula no período da tarde. Nesse sentido, a Direção de Ensino e demais Coordenações suspenderam as aulas neste período até que o refeitório e a cantina começassem a funcionar. Com isso, foi necessário criar um calendário de reposição, onde ocuparia as sextas-feiras à tarde e os dois últimos horários de segunda-feira até o final do trimestre, para que fosse feita a reposição das duas semanas. Amir explicou que o Concampus é uma ferramenta de auxílio a Gestão do Câmpus e que também tem o objetivo de levar a transparência a todos os representantes de todas as entidades. Que não há uma deliberação, mas uma consideração do Conselho que é levada muito a sério pela Gestão. Em seguida, a pauta foi posta para apreciação, onde por unanimidade do Conselho foi acatada a decisão. Passou-se para o segundo item da pauta, aprovação de subsídio para as refeições dos alunos do Ensino Médio: Adamô esclareceu que com o ingresso do Ensino Médio no Câmpus São Francisco do Sul, e por ser de período integral, exige a necessidade da alimentação dos alunos dentro da Instituição. A programação era para ser feito o pagamento integral das refeições, mas devido aos





cortes no orçamento por parte do governo, foi decidido na reunião com as coordenações que o subsídio será parcial. O valor integral da refeição é de R\$ 10,24, assim o aluno pagaria R\$ 4,00 e o câmpus R\$ 6,24. Amir explicou que o pagamento de R\$ 4,00, pelos alunos, será feito através de GRU (Guia de Recolhimento da União), que está em processo de implantação. Que foi decidido em reunião com as coordenações e também avisado na reunião que houve com os pais dos alunos, que a refeição seria subsidiada integralmente somente até o final do mês de março. Ressaltou ainda, que os alunos em vulnerabilidade social, após comprovada esta situação, terão o subsídio integral. Adamô explicou que na reunião com as coordenações foi decidido que se o aluno for contemplado com a bolsa do auxílio estudantil, este não será subsidiado. E se até o início das operações da aquisição dos tickets o auxílio estudantil ainda não estiver sendo pago ao aluno, o câmpus irá subsidiar as refeições para este até que possa fazer a aquisição dos tickets com o auxílio. O conselheiro Ignácio perguntou se os alunos recebem o auxílio pelo PNAE. A conselheira Iza explicou que os alunos não recebem o auxílio pelo PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) porque até então não tínhamos alunos do Ensino Médio, e que este programa contempla a Educação Infantil (através do FUNDEB), Ensino Fundamental e Ensino Médio. Mas que neste ano podemos fazer adesão ao programa para poder justificar no ano que vem. Lembrando que é para alimentação, contemplando a Agricultura Familiar, que não é o nosso caso. Ignácio perguntou sobre o Programa Dinheiro Direto na Escola. Iza explicou que o Programa Direto na Escola é gerenciado pela Associação de Pais e Professores, que ainda não temos no câmpus. Este programa serve para pequenos repasses, onde vem destinado 30% para permanente e 70% para custeio. São programas que só poderemos participar a partir do ano que vem. Os alunos do Ensino Médio darão retorno financeiro no orçamento para o câmpus somente em 2017. Em seguida, a pauta a pauta foi posta para apreciação, onde por unanimidade do Conselho foi acatada a decisão. Passou-se para o terceiro item da pauta, Orçamento e Valores a serem destinados para Pesquisa e Extensão: Amir informou que será um ano bem complicado com relação ao orçamento. Iza explicou que o orçamento era para ser de R\$ 2.042.613,00 (dois milhões, quarenta e dois mil e seiscentos e treze reais), o orçamento foi aprovado sem cortes, porém a Presidente Dilma informou que haverão contingenciamentos e que não serão pequenos. Que se o nosso ficar em 34%, a nossa despesa estimada anual fica em R\$ 1.211.098,00 (um milhão, duzentos e onze mil e noventa e oito reais), isso quer dizer que do nosso orçamento sobraria em termos de custeio R\$ 1.857.613,00 (um milhão, oitocentos e cinquenta e sete mil e seiscentos e treze reais) menos R\$ 1.211.098,00 (um milhão, duzentos e onze mil e noventa e oito reais), no que sobraria por volta de seiscentos mil. Que é este o corte que possivelmente





teremos. Isso quer dizer que estamos trabalhando por enquanto com este orçamento que temos, contando com este corte. Se permanecer nos R\$ 2.042.613,00 (dois milhões, guarenta e dois mil e seiscentos e treze reais) teremos por volta de oitocentos mil para investimento e para custeio, que são despesas que surgem de emergência. Informou ainda, que no ano passado foi usado todo o orçamento, que não precisamos devolver nada, aliás acabamos emprestando dinheiro. Amir explicou que isso não era ruim, o que acontece é que alguns câmpus acabam não gastando o orçamento todo e para que esse dinheiro não seja devolvido para o Governo, o Instituto trabalhando em conjunto acaba redistribuindo estes valores para que sejam utilizados da melhor forma na Instituição. Amir informou, que com base no que foi explicado é que será colocado para apreciação os valores, por uma questão de nos precavermos com relação a este ano que será complicado, onde a Pesquisa e Extensão recebem normalmente 1% do orçamento do câmpus para gerir estes valores. Com base nesta incerteza de orçamento, foi pensado no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para a Pesquisa e para a Extensão, e caso não hajam cortes, voltará a ser destinado o valor de 1% para cada. Iza explicou que orçamento não pé dinheiro, quando se fala em 10.000,00 (dez mil reais) de orçamento ninguém garante que teremos este valor de financeiro para pagar. Aproveitando, Amir explicou que empenhos são comprometimentos de valores que tem para pagar, mas que podem ser cancelados integral ou parcialmente para cumprir outra obrigação. Iza informou que não são todos os câmpus que disponibilizam 1% do orçamento para Pesquisa e Extensão e que tudo que foi solicitado no ano passado foi procurado atender. Em seguida, a pauta a pauta foi posta para apreciação, onde por unanimidade do Conselho foi acatada a decisão. Passou-se para o quarto e último item da pauta, Sugestão de Encaminhamento do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Segurança do Trabalho do PRONATEC à PROEN. Silvani explicou, que primeiramente, todos os cursos têm que ter um projeto, que existe todo um trâmite. Explanou sobre a justificativa para aprovação do PPC, que para a criação de um curso, primeiro expõe a vontade, depois o diretor emite uma portaria e cria uma comissão de criação do curso, essa comissão elabora o Projeto, onde para o PRONATEC ficou difícil de fazer, dado a instabilidade de editais e outros fatores que constam na justificativa. Que o projeto não foi feito por não ficar claro como proceder, que não há professores na área de Segurança de Saúde do Trabalho, só tinha uma professora, que era temporária do câmpus, os outros são todos externos. Explicou que quem elabora o PPC é o Coordenador do Curso, que tem o conhecimento da área. Houve muita dificuldade para marcar as reuniões, algumas pessoas não compareciam e que entende que para a elaboração de um projeto de curso, ainda mais um curso de dois anos que forma pessoas que serão responsáveis por vidas lá fora, tem que ser feito um





projeto em conjunto com todos os professores que atuarão no curso. Somente agora em março foi moldado o resultado da segunda etapa, pois como é de dois anos e temos duas turmas, onde a primeira começou em maio e a segunda em setembro, não foi possível a contratação de todos os professores na primeira etapa. Com o início da segunda turma foi contratado o restante dos professores para fechar o quadro de profissionais da área. Continuou explicando que o projeto dever ser um trabalho coletivo, que não pode fazer sozinho. Questionou quanto a designação de pessoas externas na portaria que cria a comissão. Amir respondeu que ainda não obteve resposta sobre a nomeação de pessoas externas, que não fazem parte do quadro do IFC, em portarias. Silvani continuou explanando, que foi uma maneira de justificar o atraso do projeto, que reuniu oito pessoas para tentar fechar a matriz, e que foi preciso o modelo de projeto de outra instituição. Colocou a justificativa à disposição e recomendou que o Conselho encaminhe este documento para análise da PROEN, para posteriormente ser encaminhado ao CONSUPER para aprovação. Amir sugeriu o encaminhamento do PPC a PROEN, colocando uma ressalva, que sejam corrigidos todos os apontamentos que a PROEN fizer e na próxima reunião do Concampus submeter este PPC com alterações. Iza questionou por que o PPC não foi enviado para o Concampus primeiro, já que será difícil encaminhar um documento que o Conselho não teve acesso. Silvani informou que a ideia é passar pelo Concampus para encaminhamento do documento a PROEN, que irá avaliar através de sua equipe e qualquer inconsistência remeterá novamente ao câmpus. Porém, a PROEN fará um pedido ao CONSUPER para aprovar Ad Referendum, porque o curso já está em andamento e a situação deve ser regularizada. Amir explanou que é um caso atípico e que não deve se repetir. Silvani continuou explanando que teve ressalvas desde o início em relação ao curso começar sem PPC, como pedagogo considera isso inadmissível. Amir colocou para conhecimento de todos e esclareceu que é para corrigir uma falha no decorrer do curso, que o PPC será enviado por e-mail para todos os Conselheiros. Sugeriu ainda que na próxima reunião seja colocado em que situação ficou o PPC, com as devidas alterações. Silvani salientou que não havia uma previsão para o curso técnico. Amir explicou que foi uma recomendação do Conselho de Diretores, que não se implantasse cursos no PRONATEC com duração de mais de um ano, por questões orçamentárias, onde ficou propenso a acatar esta recomendação, porém o Comandante João chegou com uma lista de duas turmas com 40 alunos cada, um curso de alta empregabilidade. No último dia tomou a decisão de abrir estas duas turmas, pensando na comunidade, na demanda e na oportunidade de emprego. Em seguida, Amir abriu para assuntos gerais. O conselheiro Edson informou que como representante dos discentes precisa colocar a questão da reivindicação dos alunos com relação ao bicicletário. Amir explicou





que três engenheiros da Reitoria estiveram no câmpus na quinta-feira para recebimento oficial da obra, juntamente com o engenheiro da empresa CRC, onde percorreram todo o câmpus para verificar as pendências, e entre estas pendências apontadas estavam o bicicletário e o estacionamento para motos, que a empresa não delimitou e existe no projeto. Desta forma, a entrega oficial do câmpus não foi feita, porque enquanto não forem resolvidas todas as pendências, a última parcela não será paga. Amir confirmou que será verificado de que forma será disponibilizado este bicicletário e na próxima reunião será passado um posicionamento. Iza pediu a compreensão neste momento em que estamos na fase de implantação do câmpus e que seja repassado aos demais, que as providências estão sendo tomadas na medida do possível. Amir solicitou que como porta-vozes, nos ajudem esclarecendo à comunidade que está sendo feito de tudo para que o câmpus fique "redondinho", para não deixarem de trazer críticas construtivas. Edson informou que o Centro Acadêmico do curso de Logística está sendo fundado para ter uma parceria com o Instituto, promovendo ações para o desenvolvimento do Instituto. Amir solicitou a recomendação pelo Concampus quanto a questão de ceder duas camisetas por aluno para toda turma que estiver iniciando no Ensino Médio. Desta forma, poderá ser cobrado dos alunos o uso do uniforme. Adamô complementou, que seria também pela questão da facilidade na identificação dos alunos do Ensino Médio. Por unanimidade foi aceita a recomendação. O diretor Amir agradeceu a presença de todos. Nada mais a tratar, a sessão foi encerrada. Eu, Priscila Cardoso Pereira, relatora dessa sessão, lavro, dato e firmo a presente ata, que também será assinada pelos demais membros. São Francisco do Sul, vinte e três de março de dois mil e quinze.